

Relatório de Execução Orçamental (RET)

3.º trimestre de 2025

Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 22 de outubro de 2025

Assinado por: **António Manuel Leitão Borges**
Num. de Identificação: 03147116
Data: 2025-10-23
António Borges
Presidente CA

Assinado por: **VÍTOR MANUEL SIMÕES DIAS**
Num. de Identificação: 07785465

Vítor Dias
Vice-presidente CA

Assinado de
forma digital por
Joana Mafalda
Felício Ferreira
Joana Mafalda
Felício Ferreira
Joana Felício
Vogal CA

Índice

Nota Introdutória

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Operacionais

3. Demonstração de Posição Financeira

4. Investimento e Endividamento

5. Cumprimento de Obrigações Legais

6. Acrónimos e Fórmulas

7. Anexos

Parecer Órgão de Fiscalização

Nota Introdutória

- O PAO da AdDP para o ano de 2025 foi aprovado pelo Despacho N.º 92/2024/MAEN de 26/12, no seguimento da emissão pela UTAM do Relatório de Análise n.º 261/2024, de 04/11 e do Despacho n.º 745/2024-SETF de 11/11.
- Em reunião de Assembleia Geral de 20 de março de 2025 foi aprovado o Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2024, bem como a proposta de aplicação de aplicação de resultados e o Plano de Atividades e Orçamento da sociedade para o ano de 2025.
- O PAO 2025 teve por base a revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2023.
- A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO de 2025 (DL 13-A/2025, de 10 de março). Uma vez que o PAO 2025 se encontra aprovado, a verificação do cumprimento dos princípios e rácios financeiros é feita em relação ao PAO 2025, tendo em conta as condições de aprovação.
- O Despacho n.º 321/MAEN/2025, de 26 de setembro, aprovou a tarifa para 2025, assim, em setembro já foram incluídos no volume de negócios os retroativos a janeiro de 2025 que resultam da diferença entre a tarifa de 2025 e a tarifa de 2024 aplicada até ago-25. A tarifa 2025 é de 0,3874 euros/m³ e resultou da atualização da tarifa de 2024 com a inflação prevista (2,1%).
- O volume de água vendido entre janeiro e setembro de 2025 foi, em média, de 294 mil m³ /dia, 3,7% acima de igual período de 2024 e 2,1% abaixo do orçamentado para o mesmo período, uma vez que já se previa o início da atividade do Alargamento aos novos Municípios para julho 2025.
- Os gastos operacionais (CMVMC, FSE, Pessoal, Amortizações e Outros) ficaram 13% abaixo do orçamento, no final do 3º trimestre de 2025, devido, essencialmente, a menores gastos com FSE, pessoal e amortizações. Os gastos com FSE ficaram abaixo do previsto devido, essencialmente, a menores gastos com eletricidade e conservação e reparação. Os gastos com pessoal estão abaixo do previsto porque ainda não ocorreram as novas contratações previstas em PAO. Os gastos com amortizações estão abaixo do previsto porque, só depois de aprovado pelo Concedente o novo EVEF, será possível amortizar os novos investimentos previstos até final da Concessão e o pressuposto do orçamento era que a aprovação ocorreria logo no início do ano.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.º trimestre de 2025

Demonstração de Resultados		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T		9M	12 M	
Venda de água	mil €	9 306	9 900	11 881		31 086	28 431	31 740	42 957
Rendimentos de construção em ativos concessionados	mil €	1 583	1 817	1 514		4 915	5 846	15 494	20 205
Desvio de recuperação de gastos	mil €	-1 306	-1 500	-2 151		-4 958	-4 155	190	- 12
Custo das vendas/variação inventários	mil €	- 162	- 169	- 197		-528	- 467	- 599	- 837
Gastos de construção em ativos concessionados	mil €	-1 583	-1 817	-1 514		-4 915	-5 846	-15 494	-20 205
Subcontratos	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-3 423	-3 649	-4 606		-11 677	-10 947	-13 711	-18 569
Gastos com pessoal	mil €	-1 658	-1 594	-1 642		-4 894	-4 463	-5 438	-7 306
Amortizações	mil €	-3 082	-3 271	-3 703		-10 055	-9 639	-11 700	-15 600
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mil €	- 177	- 215	- 199		-590	- 536	- 606	- 817
Subsídios ao Investimento	mil €	804	857	970		2 631	2 541	1 263	1 684
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mil €	135	148	140		423	482	401	535
Resultados Operacionais	mil €	437	507	494	0	1 438	1 247	1 539	2 035
Gastos Financeiros	mil €	- 129	- 126	- 87		-343	- 164	- 158	-180
Rendimentos Financeiros	mil €	91	62	61		215	313	84	103
Resultados Financeiros	mil €	-38	-64	-26	0	-128	150	-75	-77
Resultados Antes de imposto	mil €	399	442	468	0	1 310	1 396	1 464	1 959
Imposto sobre o Rendimento	mil €	- 55	- 93	- 111		-259	-358	- 385	-515
Resultado Líquido do Exercício	mil €	345	349	357	0	1 051	1 038	1 080	1 444

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O resultado líquido ascendeu a 1 milhão de euros, incorporando 5 milhões de euros de desvio de recuperação gastos (superavite).

O volume de vendas acumulado atingiu os 31 milhões euros, 2,1% abaixo do orçamento, como consequência da não concretização do alargamento da concessão.

Os gastos acumulados com FSE ficaram 15% abaixo do orçamento devido, essencialmente, a menores gastos com eletricidade, conservação e reparação e não concretização do alargamento.

Os gastos com pessoal estão 10% abaixo do previsto porque ainda não ocorreram as novas contratações previstas em PAO.

Os gastos com amortizações estão 14% abaixo do previsto porque só depois de aprovado o novo EVEF será possível amortizar os novos investimentos previstos até final da Concessão e o pressuposto do orçamento era que a aprovação ocorreria logo no início do ano.

Resultado Financeiro de -128 mil euros, mais desfavorável que o previsto, pois gastos financeiros não estão a ser capitalizados conforme estava previsto.

2. INDICADORES OPERACIONAIS

3.º trimestre de 2025

FATURAÇÃO GLOBAL		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M	12 M		
Volume de atividade (faturado)	mil m ³	24 527	26 093	29 623	0	80 243	77 406	81 931	110 885
Volume de atividade - abastecimento	mil m ³	24 527	26 093	29 623		80 243	77 406	81 931	110 885
Volume de Negócios¹	mil €	9 306	9 900	11 881	0	31 086	28 431	31 740	42 957
Volume negócios - abastecimento	mil €	9 306	9 900	11 881		31 086	28 431	31 740	42 957

¹ Não inclui: Desvio de recuperação de gastos e Rendimentos Construção

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

GASTOS OPERACIONAIS		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M	12 M		
Custo das vendas/variação inventários	mil €	162	169	197		528	467	599	837
Subcontratos	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	3 423	3 649	4 606		11 677	10 947	13 711	18 569
Gastos com pessoal	mil €	1 658	1 594	1 642		4 894	4 463	5 438	7 306

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

DESEMPENHO		2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M	12 M		
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	mil €	1 743	2 007	2 645		6 396	5 402	1 349	2 047
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	mil €	4 022	4 421	5 378		13 820	12 499	11 786	15 964
Margem EBITDA	%	43%	45%	45%		44%	44%	37%	37%

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O Volume de Negócios da atividade totalizou, neste trimestre, 11,9 milhões de euros relativos aos 29,6 milhões de m³ faturados aos clientes.

O volume faturado ficou 2,1% abaixo do orçamento, devido à não concretização do alargamento da atividade a novos municípios, cujo o início estava previsto para jul-25.

Os FSE ficaram abaixo do previsto, essencialmente, devido à poupança na rubrica eletricidade (aumento de preços real menor que aumento orçamentado), menores gastos com conservação e reparação e não concretização do alargamento.

Os gastos com pessoal estão 10% abaixo do previsto porque ainda não ocorreram as novas contratações para o alargamento da atividade a novos municípios.

A redução de gastos operacionais impactou positivamente no EBITDA e na margem EBITDA.

3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balanço)

3.º trimestre de 2025

Demonstração da Posição Financeira	mil €	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
		3M	6M	9M	12M		9M	12 M	
Ativos não correntes	mil €	161 930	161 337	160 003	0	160 003	164 829	179 758	181 544
Ativo intangível	mil €	131 431	130 503	128 630		128 630	134 648	147 546	148 671
Ativo fixo tangível	mil €	406	400	394		394	483	424	409
Ativos sob direito de uso	mil €	562	509	455		455	93	134	120
Outros ativos financeiros	mil €	15	15	15		15	15	15	15
Impostos diferidos ativos	mil €	29 517	29 911	30 509		30 509	29 590	31 639	32 329
Ativos correntes	mil €	28 132	27 676	33 391	0	33 391	27 437	20 822	17 726
Inventários	mil €	863	879	913		913	797	700	700
Clientes	mil €	9 520	9 162	9 152		9 152	7 050	12 078	10 872
Imposto sobre o Rendimento do exercício	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Outros ativos correntes	mil €	326	534	545		545	11 369	3 550	1 705
Caixa e seus equivalentes	mil €	17 423	17 101	22 781		22 781	8 220	4 494	4 448
Ativo total	mil €	190 062	189 013	193 394	0	193 394	192 266	200 580	199 270
Capital Social	mil €	20 903	20 903	20 903		20 903	20 903	20 903	20 903
Reservas e outros ajustamentos	mil €	9 139	9 139	9 139		9 139	9 071	9 142	9 142
Resultado líquido	mil €	345	694	1 051		1 051	1 038	1 080	1 444
Capital Próprio	mil €	30 386	30 736	31 092	0	31 092	31 011	31 124	31 488
Passivos não Correntes	mil €	147 044	147 352	148 806	0	148 806	148 518	149 411	148 537
Acrés. Custos Investim. Contratual	mil €	20 721	21 192	21 448		21 448	22 122	29 227	29 514
Subsídios ao investimento	mil €	36 787	35 930	34 960		34 960	38 382	36 676	36 255
Financiamentos obtidos	mil €	13 177	12 426	12 426		12 426	13 910	12 426	11 656
Passivos da locação	mil €	252	240	231		231	49	80	71
Fornecedores e outros passivos não correntes	mil €	853	863	913		913	800	0	0
Imposto diferidos passivos	mil €	3 305	3 253	3 228		3 228	3 496	2 859	2 697
Desvio tarifário Passivo	mil €	71 949	73 449	75 600		75 600	69 761	68 143	68 345
Passivos Correntes	mil €	12 632	10 926	13 495	0	13 495	12 737	20 045	19 244
Financiamentos obtidos	mil €	1 571	1 505	1 567		1 567	1 522	1 484	1 521
Passivos da locação	mil €	209	210	206		206	49	55	49
Fornecedores e outros passivos correntes	mil €	9 614	8 289	11 209		11 209	10 245	15 997	15 953
Imposto sobre o Rendimento do exercício	mil €	1 238	922	513		513	920	2 509	1 721
Passivo total	mil €	159 676	158 278	162 301	0	162 301	161 255	169 456	167 781
Ativo total - (Passivo total + Capital Próprio)	mil €	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O ativo total atinge os 193,4 milhões de euros, representando o ativo intangível 128,6 milhões de euros;

O DRG superavitário atinge os 75,6 milhões de euros.

DÍVIDA CLIENTES	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025	
	3M	6M	9M	12M		9M	12 M		
Dívida de Clientes									
Dívida total	mil €	9 520	9 162	9 152		9 152	7 050	12 078	10 872
Dívida vencida total	mil €	76,9	7,2	954,4		954,4	45	0	0
Acordos de pagamento	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Injunções	mil €	0	0	0		0	0	0	0

Obs: A linha Dívida total inclui dívida relativa a faturação emitida bem como estimativa de um mês de vendas.

DESEMPENHO	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025	
	3M	6M	9M	12M		9M	12 M		
Dívida Financeira	mil €	14 624	13 910	13 910		13 910	15 302	13 910	13 177
Debt to equity	%	0,5	0,5	0,4		0,4	0,5	0,4	0,4
Net Debt - Endividamento líquido	mil €	-2 706	-3 178	-8 852		-8 852	-2 900	9 416	8 729
Net Debt to EBITDA	valor	-0,7	-0,4	-0,6		-0,6	-0,2	0,8	0,5

Obs: Dívida financeira corresponde apenas aos montantes em dívida. No balanço, financiamento a curto prazo inclui especialização de juros.

No final do mês de set-25, a dívida total dos utilizadores do sistema era de 9,2 milhões de euros. Nesta data existia dívida vencida no montante de 954 mil euros.

4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

3.º trimestre de 2025

INVESTIMENTO TOTAL	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
	1º T	2º T	3º T	4º T	9M			12 M
Investimento	mil €	1 583	1 827	1 514	4 925	5 943	15 494	20 205
Ativos Intangíveis	mil €	4 200	135	4 020	8 355	3 416	0	0
Ativos fixos Tangíveis	mil €	0	10	0	10	97	0	0
Investimento em curso	mil €	-2 616	1 682	-2 506	-3 441	2 430	15 494	20 205
Investimento Alta	mil €	1 583	1 827	1 514	0	4 925	5 943	15 494

Investimento com Expressão Material	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
	1º T	2º T	3º T	4º T	9M			12 M
Investimentos ao abrigo do PRR	mil €	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: O valor negativo de investimento em curso, no 2º trimestre de 2025, resulta da passagem a firme de investimentos executados em 2024.

ENDIVIDAMENTO	2025				2025	2024	PAO 2025	PAO 2025
	3M	6M	9M	12M	9M			12 M
Endividamento	mil €	14 624	13 910	13 910	0	13 910	15 302	13 910
Médio e Longo Prazo	mil €	13 177	12 426	12 426	0	12 426	13 910	12 426
BEI	mil €	13 177	12 426	12 426		12 426	13 910	12 426
Holding	mil €	0	0	0		0	0	0
Curto Prazo	mil €	1 447	1 484	1 484	0	1 484	1 393	1 484
BEI	mil €	1 447	1 484	1 484		1 484	1 393	1 484
Holding	mil €	0	0	0		0	0	0

Obs: Endividamento corresponde apenas aos montantes em dívida. No balanço, financiamento a curto prazo inclui especialização de juros.

O investimento realizado totalizou, no 3º trimestre de 2025, 1,5 milhões de euros, sendo que desde o início ao ano foram investidos 4,9 milhões de euros.

Estão curso as seguintes empreitadas: AA024-E8 Reabilitação e Ampliação do Reservatório Souto Redondo (Feira), AA052 E1 Reabilitação Pré-Tratamento Lever- Proteção catódica 13 filtros, AA065 E2 Reab. Reservatórios Amarelhe e Pousada, AA056 E2 Produção Energia Fotovoltaica - 2 fase e AA056 E6 Produção Energia Fotovoltaica - 4 fase.

O endividamento ascende a 13,9 M€ em linha com o previsto em orçamento.

Em junho foram amortizados 714 mil euros de empréstimos BEI, conforme plano de dívida.

5. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.º trimestre de 2025

Prazo Médio Pagamento	2025				2025	2024	PAO 2025
	3M	6M	9M	12M	9M	12 M	
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	35	34	34	34	35	39

Indicadores e Gastos Operacionais (valores acumulados)	2025				2024	PAO 2025	2024	PAO 2025
	3M	6M	9M	12M	9M	12 M	12 M	
(1) GASTOS OPERACIONAIS = (2)+(3)+(4)	mil €	5 243	10 654	17 099	15 877	19 749	22 092	26 711
(2) CMVMC	mil €	162	331	528	467	599	640	837
(3) FSE's	mil €	3 423	7 072	11 677	10 947	13 711	15 328	18 569
(4) PESSOAL (DR)	mil €	1 658	3 252	4 894	4 463	5 438	6 124	7 306
(5) AJUSTAMENTOS DECORRENTES DO PAO APROVADO	mil €	0			0	0	0	0
(6) GASTOS OPERACIONAIS AJUSTADOS = (1) + (5)	mil €	5 243	10 654	17 099	15 877	19 749	22 092	26 711
(7) EFEITO EM PESSOAL (nº 4 artigo 140º DL13-A/2025)								
i) Gastos relativos a Órgãos Sociais	mil €	- 86	- 179	- 267	- 248	- 255	- 337	- 340
ii) Impacto do cumprimento de imposições legais em 2025 (*)								
Acordo Rendimentos	mil €	0	- 113	- 162	0	- 171	0	- 229
Acordo Coletivo Trabalho	mil €	- 8	- 4	- 4	0	- 34	0	- 45
iii) Outros efeitos em gastos com pessoal	mil €	0	0		0	0	0	0
iv) Impacto do absentismo	mil €	7	15	15	98	0	130	0
v) Indemnizações por rescisão, exceto mútuo acordo	mil €	0	0	0	0	0	0	0
(8) INDEMNIZAÇÕES POR MÚTUO ACORDO	mil €	0	0		0	0	0	0
(9) EFEITO FATORES EXTRAORD. C/ IMPACTO OPERAC	mil €	0	0	0	0	0	0	0
(10) EFEITO FATORES OPERAC C/ IMPACTO (comparabilidade)	mil €							
10A) Gastos operacionais alargamento da Concessão	mil €	0	0	0	0	- 818	0	- 1 523
10B) Vendas de água alargamento da Concessão	mil €	0	0	0	0	- 1 136	0	- 2 273

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (11)/(12) (a)	%	56,3%	54,9%	54,5%	55,8%	61,2%	56,5%	61,2%
(11) GO = (6)+ ii) + (9) + (10A)	mil €	5 235	10 537	16 933	15 877	18 725	22 092	24 914
(12) Volume de Negócios = (Venda água) + 10B)	mil €	9 306	19 205	31 086	28 431	30 604	39 085	40 684
(13) Gastos Operacionais = (6)+(7)+(8)+(9)+(10)	mil €	5 156	10 373	16 681	15 727	19 288	21 886	26 098
Taxa de crescimento IPC sem habitação (INE)	%	2,25%	2,15%	2,28%				
(14) Gastos Operacionais (corríg IPC) = (13)*(1-IPC s/ hab) (b)	mil €	5 040	10 150	16 300				
Variação GO face a ano anterior	%			3,6%				
Variação VN face a ano anterior	%			9,3%				

(*) a comparação é feita com o ano de 2024, ou seja, é valorizada o acréscimo face a 2024 e, por isso, as colunas de 2024 tem valor zero.

(a) Calculado de acordo com o nº1 do artigo 140 do DL nº 13-A/2025, de 10 de março;

(b) Conforme nº 4 e nº5 do artigo 140º do DL nº13-A/2025, de 10 de março. Gastos Operacionais a preços constantes de 2024.

Endividamento	2025				2024	PAO 2025	2024	PAO 2025
	3M	6M	9M	12M	9M	12 M	12 M	
Endividamento	mil €	14 624	13 910	13 910	15 302	13 910	14 624	13 177
Taxa de Crescimento de Endividamento (DLEO)	%	0,00%	-2,00%	-2,00%				

Nº de colaboradores	2025				2024	PAO 2025	2024	PAO 2025	
	3M	6M	9M	12M	9M	12 M	12 M		
Recursos Humanos	nº	172	172	172	0	163	180	172	196
Pessoal	nº	160	160	160		151	168	160	184
Órgãos Sociais	nº	12	12	12		12	12	12	12
Contratos Suspensos	nº	3	3	3		3	3	3	3

Conforme RCM nº 34/2008, o PMP terá que ser inferior a 40 dias no final do ano. No final do 2º trim a dívida vencida há mais de 90 dias era de 57,4 mil euros (valor no final de 2024: 46,3 mil euros). E expeativa da AdDP que no final do ano este valor seja inferior ao verificado em 2024.

Pressupostos de análise:

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO de 2025. Uma vez que o PAO 2025 se encontra aprovado, a verificação do cumprimento dos princípios e rácios financeiros é feita em relação ao PAO 2025, tendo em conta as condições de aprovação. Assim, e por forma, a garantir o disposto no DLEO 2025, assim como a comparabilidade dos exercícios, o cálculo dos indicadores foi objeto de ajuste conforme evidenciado no quadro ao lado. Como tal, os princípios e rácios poderão diferir dos apresentados quer no R&C2024 quer no PAO 2025.

Análise:

Indicador GO/VN

◦Excluíram-se do cálculo os impactos em gastos com pessoal decorrentes de imposições legais e efeitos comparabilidade.

◦Verifica-se o cumprimento do indicador com o rácio GO/VN a apresentar o valor de 54,5% no final do 3º trimestre.

Indicador Gastos Operacionais (corrígido do IPC s/ habitação)

◦Os gastos operacionais sobem devido à subida do volume de atividade face a igual período do ano anterior.

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdDP	Águas do Douro e Paiva
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do: 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente

FÓRMULAS	DESCRIÇÃO
<i>Autonomia Financeira</i>	<i>Capital Próprio / Ativo Total</i>
<i>Debt to Equity</i>	<i>Dívida Financeira / Capital Próprio</i>
<i>EBIT</i>	<i>EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)</i>
<i>EBITDA</i>	<i>Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento</i>
<i>Fundo de Maneio</i>	<i>Ativos Correntes / Passivos Correntes</i>
<i>Liquidez Geral</i>	<i>Ativos Correntes / Passivos Correntes</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios</i>
<i>Net Debt</i>	<i>Dívida Financeira - Disponibilidades</i>
<i>Net Debt to EBITDA</i>	<i>Net Debt / EBITDA</i>
<i>Varição do Endividamento</i>	<i>[[Financiamento Remunerado_N - Financiamento Remunerado_{N-1}] + [Capital Social_N - Capital Social_{N-1}]] / [Fundo de Remuneração_{N-1} + Capital Social_{N-1}]</i>
<i>Volume de Negócios</i>	<i>Vendas + Prestações de Serviços</i>

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Ao Conselho de Administração da
Águas do Douro e Paiva, S.A.

Introdução

Conforme requerido procedemos à execução de um conjunto de procedimentos tendo em vista a análise do Relatório de Execução Orçamental (RET) referente ao 3.º Trimestre de 2025 da Águas do Douro e Paiva, S.A. (“AdDP” ou “Entidade”) (“relatório de execução orçamental”), o qual inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental e financeira comparativa ao nível da demonstração de resultados e da demonstração da posição financeira, (ii) a análise dos indicadores de investimento e endividamento e (iii) a análise ao cumprimento das obrigações legais.

Este documento é emitido a pedido e para informação do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Entidade do Tesouro e Finanças (“ETF”), atendendo aos requisitos legais aplicáveis, pelo que não deve ser utilizado para qualquer outra finalidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração da Entidade

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade:

- a elaboração do relatório de execução orçamental nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- a preparação da informação financeira e operacional incluída no relatório de execução orçamental e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para possibilitar a preparação da informação financeira e operacional incluída no relatório de execução orçamental; e
- a disponibilização e prestação de toda a informação e documentação considerada relevante para a realização do nosso trabalho.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos enumerados abaixo e elaborar um relatório relativo à nossa análise sobre o relatório de execução orçamental, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico, entendemos dever realçar.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Procedimentos executados e resultados do trabalho efetuado

Para a elaboração do presente Relatório, efetuámos os seguintes procedimentos:

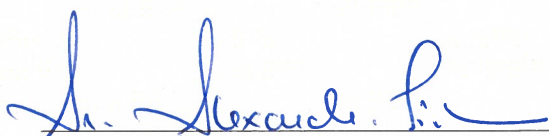
- i) Obtivemos o relatório de execução orçamental referente ao 3.º Trimestre de 2025;
- ii) Verificámos se a informação financeira considerada na demonstração dos resultados, na demonstração da posição financeira, nos mapas de investimento e endividamento e nos mapas de cumprimento de obrigações legais, incluídos no relatório de execução orçamental, é concordante com os registos contabilísticos da Entidade para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025;
- iii) Verificámos se os valores referentes ao Orçamento do 3.º Trimestre de 2025 são concordantes com os do Plano de Atividades e Orçamento para 2025 (“PAO 2025”), aprovado em 11 de novembro de 2024 pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças e em 26 de dezembro de 2024 pelo Ministério do Ambiente e Energia;
- iv) Efetuámos testes aritméticos às variações e graus de execução apresentados;
- v) Efetuámos procedimentos analíticos de revisão;
- vi) Indagámos junto dos responsáveis da Entidade sobre a evolução da informação financeira, principais rácios e sobre os graus de execução verificados no 3.º Trimestre de 2025 e obtivemos as atas das reuniões realizadas pelo Conselho de Administração;
- vii) Verificámos se as justificações para as principais variações incluídas no relatório de execução orçamental são concordantes com o entendimento obtido durante a realização dos procedimentos acima descritos;
- viii) Observámos se a situação contributiva da Entidade estava regularizada e se não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período;
- ix) Analisámos os requisitos legais aplicáveis relacionados com a execução orçamental relativa ao 3.º Trimestre de 2025, no que se refere, nomeadamente, aos seguintes aspetos:
 - a. Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025;
 - b. Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 138º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025;
 - c. Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 140º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025;
 - d. Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado previsto no artigo 53º da Lei n.º 45-A/2024;
 - e. Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 13º da Lei n.º 45-A/2024; e
 - f. Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009.

Face aos procedimentos executados, apresentamos os nossos resultados:

- O volume de vendas e prestação de serviços da Entidade no 3.º Trimestre de 2025 ficou 2,1% abaixo do previsto no PAO 2025, o que se explica pela não concretização do alargamento da concessão;
- Os gastos com fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal apresentaram uma redução face ao orçamento na ordem dos 15% e 10%, respetivamente. A redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos é explicada pela redução dos custos com eletricidade, por menores gastos com conservação e reparação e pela não concretização do alargamento da concessão, enquanto que a redução dos gastos com pessoal é explicada por não terem ocorrido as novas contratações previstas;
- O montante de investimento total realizado no 3.º Trimestre de 2025 ficou abaixo do previsto no orçamento, representando uma taxa de execução de, aproximadamente, 32%;
- O prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores no 3.º Trimestre de 2025 situa-se nos 34 dias, em linha com o previsto no PAO 2025 e abaixo dos limites indicados nos termos da RCM n.º 34/2008 e do Despacho 9870/2009;
- O rácio de gastos operacionais pelo volume de negócios (“GO/VN”) apresenta uma percentagem de 54,5% no 3.º Trimestre de 2025, abaixo do valor previsto no PAO 2025;
- O endividamento da Entidade no 3.º Trimestre de 2025 reduziu face a 2024, encontrando-se assim abaixo do limite de crescimento de 2% previsto no artigo 38.º da Lei n.º 82/2023.

Os procedimentos que executámos não constituem um trabalho de auditoria ou de garantia de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião ou conclusão de garantia de fiabilidade, sendo apenas reportado os resultados dos procedimentos realizados.

Lisboa, 9 de dezembro de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

Anexos:

“Relatório de Execução Orçamental (RET) - 3.º Trimestre 2025”

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO 3º TRIMESTRE DE 2025 DA

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A. (AdDP)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto no artigo 25.º, nos 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”), os titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas devem especificar o nível de execução orçamental da empresa, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
2. Ao abrigo do artigo 44.º, n.º1, alínea j) do RJSPE, as empresas estão obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.
3. Em conformidade com as disposições acima referidas, o Conselho Fiscal da Águas do Douro e Paiva, SA, apresenta o seu relatório relativo à Execução orçamental do 3º trimestre de 2025, subscrito pelo Conselho de Administração e datado de 22 de outubro de 2025.
4. Os valores do orçamento relativamente a 2025, e que serviram de base à elaboração deste documento foram aprovados pelos acionistas da AdDP na Assembleia Geral em 20 de março de 2025 e aprovados pelas Tutelas através do Despacho nº92/2024/MAEN DE 26/12 e do Despacho nº745/2024-SETF de 11/11. O PAO 2025 teve por base a revisão do Estudo de viabilidade Económica e Financeira aprovado pelo Conselho de Administração em que previa o alargamento da concessão a sul do município do Grande Porto, sendo que, no momento dos referidos Despachos das Tutelas da AdDP, a referida aprovação do PAO 2025 apenas incidiu sobre a atividade atual da AdDP não incluindo gastos e rendimentos decorrentes do alargamento, que necessitariam de aprovação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do concedente.
5. A revisão do Estudo de viabilidade Económica e Financeira obteve parecer favorável da ERSAR e foi confirmada pela decisão plasmada no Decreto-Lei n.º 82/2025, de 3 de junho, de alargamento do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto através da alteração do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, que procedeu à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, que na altura atribuiu, em regime de concessão, à AdDP, a exploração e a gestão desse sistema.
6. Em 27 de fevereiro de 2025, foi também recebida a decisão da ERSAR, quanto ao desvio de recuperação de gastos de 2024, verificando-se uma inexistência de correção face ao valor registado em 2024 nas contas da AdDP. Assim, a ERSAR concordou na íntegra com as contas aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas ocorrida no passado dia 20 de março de 2025.

7. Analisámos ainda o conteúdo do Relatório do Revisor Oficial de Contas subjacente à execução orçamental em análise, emitido no dia 9 de dezembro de 2025, nos termos da legislação em vigor.

PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS

1. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa ao longo do trimestre, quer através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, quer através da análise da informação contabilística e de controlo de gestão e do contacto com a Administração e Serviços.
2. Adicionalmente, utilizando procedimentos de revisão analítica e o conhecimento que dispomos de períodos anteriores sobre a atividade da Águas do Douro e Paiva, S.A., analisámos o conteúdo do Relatório de Execução Orçamental preparado pela empresa, e a razoabilidade dos seus desvios quanto à:
 - a. Evolução da Demonstração da Posição Financeira (Balanço) real, com referência a 30 de setembro de 2025, e sua comparação com o respetivo orçamento na mesma data, bem como, versus a execução do período homólogo de 2024;
 - b. Evolução da Demonstração de Resultados por naturezas real, com referência a 30 de setembro de 2025, e sua comparação com o respetivo orçamento para o mesmo período, bem como, versus a execução do período homólogo de 2024;
 - c. Análise das atividades de investimento;
 - d. Orientações legais vigentes.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1. Síntese do balanço

em milhares de euros

Rubricas	setembro	Orçamento	Desvio	setembro	Desvio
	2025	setembro 25		2024	
Ativo não corrente	160.003	179.758	-19.755	164.830	-4.827
Ativo intangível	128.630	147.546	-18.916	134.648	-6.018
Ativo tangível	394	424	-30	483	-89
Ativos sobre direito de uso	455	134	321	93	362
Outros ativos financeiros	15	15	0	15	0
Impostos diferidos ativos	30.509	31.639	-1.130	29.590	919
Ativo Corrente	33.391	20.822	12.569	27.436	5.955
Inventários	913	700	213	797	116
Clientes	9.152	12.078	-2.926	7.050	2.102
Disponibilidades	22.781	4.494	18.287	8.220	14.561
Outros ativos correntes	545	3.550	-3.005	11.369	-10.824
Total do Ativo	193.394	200.580	-7.186	192.266	1.128
Capital Próprio	31.092	31.124	-32	31.011	81
Passivo não corrente	148.807	149.411	-604	148.518	289
Financiamentos obtidos	12.426	12.426	0	13.910	-1.484
Passivos da locação	231	80	151	49	182
Subsídios ao investimento	34.960	36.676	-1.716	38.382	-3.421
Ac. Custos Inv. Contratual	21.448	29.227	-7.779	22.122	-674
Desvio de recuperação de gastos	75.600	68.143	7.457	69.761	5.840
Imposto diferido passivo	3.228	2.859	369	3.496	-268
Fornecedores e outros passivos não correntes	913	0	913	800	113
Passivo corrente	13.495	20.045	-6.550	12.737	758
Financiamentos obtidos	1.567	1.484	83	1.522	45
Passivos da locação	206	55	151	49	157
Fornecedores e outros passivos correntes	11.209	15.997	-4.788	10.245	964
Imposto sobre o rendimento do exercício	513	2.509	-1.996	920	-407
Total do Passivo	162.302	169.456	-7.154	161.255	1.047
Total do Capital Próprio e Passivo	193.394	200.580	-7.186	192.266	1.128

Uma das maiores variações no Ativo da sociedade, face ao orçamento, menos 6 milhões de euros, respeita à rubrica de Ativos intangíveis, estando relacionada com o facto do investimento executado estar abaixo do orçamentado não contemplando ainda os efeitos da aprovação do EVEF e, por isso, ainda não ter possibilitado o lançamento das novas obras de alargamento. Este facto levou também a que a empresa apresente disponibilidades acima do previsto (mais 14,5 milhões de euros face ao orçamentado para o 3º trimestre de 2025).

No que respeita ao passivo, destaca-se a variação da rubrica de desvio tarifário, que está acima do orçamentado em 5,9 milhões de euros, relacionado com a referida não realização do investimento e também com a redução dos gastos operacionais, sobretudo em resultado de menores gastos com energia.

2. Síntese da Demonstração dos Resultados por Naturezas

Na Demonstração de resultados e tendo em conta a comparação face ao orçamentado, realça-se o seguinte:

em milhares de euros

Rubricas	Real	Orçamento	Desvio	Real	Desvio
	setembro 25	setembro 25		setembro 24	
Vendas e Prestação de Serviços	31.086	31.740	-654	28.431	2.655
Rendimentos de construção (IFRIC 12)	4.915	15.494	-10.579	5.846	-931
Défice / Superavit Tarifário	-4.958	190	-5.148	-4.155	-803
Custo das vendas	-528	-599	71	-467	-61
Gasto da construção (IFRIC 12)	-4.915	-15.494	10.579	-5.846	931
Fornecimentos e Serviços Externos	-11.677	-13.711	2.034	-10.947	-730
Gastos com Pessoal	-4.894	-5.438	544	-4.463	-431
Amortizações	-10.055	-11.700	1.645	-9.639	-416
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-590	-606	16	-536	-54
Subsídios ao investimento	2.631	1.263	1.368	2.541	90
Outros rendimentos e ganhos Operacionais	423	401	22	482	-59
Resultados Operacionais	1.438	1.539	-101	1.247	191
Resultados financeiros	-128	-74	-54	149	-277
Impostos	-259	-385	126	-358	99
Resultado Líquido do Exercício	1.051	1.080	-29	1.038	13

- As vendas estão abaixo do orçamento em 2,1 %, por não se ter concretizado o alargamento previsto para julho de 2025 e em virtude da tarifa de 2025 ter sido apenas aprovada em agosto de 2025 (Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto). Adicionalmente encontra-se acima do período homologado 9,3% (mais 3,7% em m3 do que o orçamentado).
- Os gastos com fornecimentos e serviços externos e Pessoal estão abaixo do previsto em 14,8% e 10,0% respetivamente, explicada pela não concretização do alargamento e pelos menores gastos com eletricidade. No que respeita ao pessoal ainda não ocorreram as novas contratações previstas no PAO.
- Constata-se a existência de um superavit tarifário ao contrário do previsto em sede de PAO, explicado porque os gastos operacionais estarem abaixo do previsto.
- Os rendimentos e gastos (IFRIC12) da construção estão abaixo do previsto porque à não concretização da totalidade do investimento previsto para o 3º trimestre de 2025, representando uma execução de 32% face ao orçamento orçamentado para este período;
- O endividamento está em linha com o orçamentado para este período e encontra-se abaixo do período homólogo, decorrente das amortizações dos empréstimos BEI nos termos definidos nos planos de dívida com esta entidade.
- O Resultado líquido situou-se nos 1.051 mil euros, 29 mil euros abaixo face ao orçamento, explicado pela variação nas OT's.

3. Cumprimento das obrigações legais

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO de 2025 (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março). Tendo em conta que a aprovação do PAO de 2025 não incluiu os rendimentos, gastos e investimentos decorrentes do alargamento da Concessão a novos municípios e esse alargamento só foi efetivado em 3 de junho de 2025 (através da publicação do Decreto-Lei n.º 82/2025), os mesmos foram retirados para efeito de análise.

Apresentamos de seguida uma análise aos principais indicadores:

a. Gastos operacionais sobre o volume de negócios

De acordo com previsto na legislação em vigor, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024.

Rubricas	em milhares de euros			
	Real setembro 25	Real setembro24	PAO set 25	PAO dez 25
Custo das vendas (a)	528	467	599	837
Fornecimentos e Serviços Externos	11.677	10.947	13.711	18.569
Gastos com Pessoal	4.894	4.463	5.438	7.306
Total de gastos DR	17.099	15.877	19.748	26.711
Volume de negócios (a) (b)	31.086	28.431	31.740	42.957
% do total de gastos sobre o Volume de negócios	55,0%	55,8%	62,2%	62,2%
i) Gastos relativos a Órgãos Sociais	-267	-248	-255	-340
ii) Impacto do cumprimento das obrigações legais				
Acordo de rendimentos	-162	0	-171	-229
Acordo coletivo de trabalho	-4	0	-34	-45
iii) impacto do absentismo	15	98	0	0
iv) Indemnizações por rescisão, exceto mútuo acordo	0	0	0	0
v) gastos operacionais alargamento da concessão	0	0	-818	-1523
Total de gastos ajustados DL 17/2024 de 29 de janeiro (DLEO)	16.933	15.877	18.725	24.914
% do total de gastos ajustados sobre o Volume de negócios	54,5%	55,8%	61,2%	61,2%
Volume de negócios	31.086	28.431	31.740	42.957
Volume negócios sem alargamento da concessão	31.086	28.431	30.604	40.684
Gastos operacionais cf nº 4 e 5 artigo 134º DL nº17/2024 29 janeiro	16.681	15.727	19.288	26.097
Tx crescimento IPC sem habitação (INE)	2,28%			
Gastos operacionais corrigidos IPC	16.300			

O rácio de gastos operacionais sobre volume de negócios (“GO/VN”) situa-se em 54,5% a 30 de setembro, encontrando-se abaixo do limite previsto no PAO 2025 (61,2%) e em linha com as orientações de manutenção ou redução do valor face ao período homólogo de 2024 (55,8%).

b. Evolução dos gastos operacionais

De acordo com o DLEO, não deverá haver acréscimo dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativamente ao ano de 2024.

Corrigindo os gastos operacionais relativos a setembro de 2025 pelo efeito da inflação (16.300 mil euros) verifica-se que os mesmos estão abaixo da estimativa do PAO de 2025 (19.288 mil euros).

c. Endividamento

No que diz respeito ao endividamento encontra-se em linha com o valor orçamentado para o período em análise, situando-se em 13,9 milhões de euros. Verifica-se também uma redução face ao período homólogo e em relação ao final do ano de 2024 devido às amortizações dos financiamentos BEI, alinhadas com os planos de amortização definidos com essa entidade:

em milhares de euros

Endividamento financeiro total	Real setembro 25	Orçamento setembro 25	Real setembro 24	Orçamento dezembro 25	Real dezembro 24
Endividamento	13.910	13.910	15.302	13.177	14.624
Endividamento	13.910	13.910	15.302	13.177	14.624

Considerando a fórmula da variação máxima do endividamento (bruto) definida no Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), em que a variação inclui o valor dos aumentos de capital ocorridos e os novos investimentos, e cujo limite é de 2%, a mesma apresenta uma redução de 2%:

Variação do endividamento	
2 - Financiamento remunerado dezembro 24	14.624
2 - Financiamento remunerado setembro 25	13.910
3 - Novos investimentos	0
4 - Capital setembro 2025	20.903
5 - Capital dezembro 2024	20.903
Variação do endividamento 2025/2024	-2,0%

d. Prazo médio de pagamentos

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da AdDP no 3T de 2025 foi de 34 dias, abaixo 5 dias do valor orçamentado para os primeiros nove meses do ano de 2025, e dentro dos limites estabelecidos legalmente.

Prazo médio de pagamentos	Real setembro 25	milhares de euros	
		PAO 25	Desvio
dias	34	39	-5

Adicionalmente, a Lei de Orçamento de Estado para 2025, dispõe no seu Artigo 55.º que existe agravamento dos pagamentos em atraso quando o saldo de pagamentos que se encontra em dívida no final do ano há mais de 90 dias for superior ao saldo dos pagamentos em atraso no final do ano anterior. Como evidenciado abaixo existe um ligeiro agravamento das dívidas vencidas a 30 de setembro de 2025, face ao final de 2024, situação que deverá ser acompanhada de modo que esteja ultrapassada no final do ano, no entanto, é também reportado pela AdDP no seu Relatório de Execução Trimestral que prevê que o valor final de 2025 seja inferior ao verificado em 2024:

Pagamentos em atraso nas empresas públicas	milhares de euros	
	set/25	dez/24
dívida vencida há mais de 90 dias	57	46

CONCLUSÃO

Tendo em atenção as análises efetuadas e os contactos regulares que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 30 de setembro de 2025 da Águas do Douro e Paiva, S.A., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos e de controlo orçamental que lhe servem de suporte naquela data.

Contudo, persistem algumas limitações que salientamos:

- Em 30 de setembro de 2025 não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução;
- Em relação à dívida vencida há mais de 90 dias, verifica-se um ligeiro agravamento das do seu valor face ao final de 2024, situação que deverá ser acompanhada de modo que esteja ultrapassada no final do ano.

Porto, 12 de dezembro de 2025

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Saskia Marcia Ferreira Lopes**

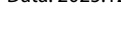
Num. de Identificação: 10281258
Data: 2025.12.12 16:02:45+00'00'



Saskia Márcia Ferreira Lopes
(Presidente)

Assinado por: **Ana Isabel da Silva Simões Gaspar**

Num. de Identificação: 10046818
Data: 2025.12.15 11:20:45+00'00'



Ana Isabel da Silva Simões Gaspar
(Vogal)

Assinado por: **PEDRO LEONEL COQUENIM DE AZEVEDO CANTEIRO**

Num. de Identificação: 12140813
Data: 2025.12.12 16:08:58+00'00'



Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro
(Vogal)